

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.515.629 - DF (2019/0156945-5)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : COOPERFORTE- COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO
MUTUO DE FUNCIONARIOS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS
PUBLICAS FEDERAIS LTDA.
ADVOGADOS : RAYSON RIBEIRO GARCIA E OUTRO(S) - DF006909
BRUNO NUNES PERES - DF039784
RODRIGO GARCIA REIS - DF058584
AGRAVADO : ELISANGELA CRISTINA MADALENA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPD**. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO CONTRA ACÓRDÃO QUE NEGA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. SÚMULA Nº 735 DO STF. PENHORA SOBRE PROVENTOS. EXCEPCIONALIDADE. VERIFICAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DE FUNCIONÁRIOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS FEDERAIS LTDA. (COOPERFORTE) interpôs agravo de instrumento contra decisão que, no cumprimento da sentença proferida nos autos da ação por ela ajuizada contra ELISANGELA CRISTINA MADALENA (ELISANGELA), indeferiu o pedido de antecipação de tutela por ela pleiteado.

O Tribunal de origem, ao julgar o agravo interno interposto, manteve a decisão monocrática que negou provimento ao aludido agravo em acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PENHORA DE PROVENTOS. IMPOSSIBILIDADE. ART. 833, IV, DO CPC. DECISÃO MANTIDA.

1. Consoante disposição expressa do artigo 833, IV, do Código de Processo Civil, os proventos são absolutamente impenhoráveis, uma vez que, destinando-se ao sustento do próprio trabalhador, se revestem de natureza alimentar.

Superior Tribunal de Justiça

2. Recurso conhecido e desprovido (e-STJ, fl. 95).

Irresignada, a COOPERFORTE interpôs recurso especial, fundado nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, sustentando a violação do art. 833, IV, do NCPC, sustentando, em síntese, a possibilidade da penhora incidir sobre vencimentos.

O apelo especial não foi admitido na origem sob o fundamento de incidência da Súmula nº 83 do STJ.

A COOPERFORTE, então, interpôs o presente agravo alegando a inaplicabilidade do aludido óbice sumular no caso concreto.

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo não merece prosperar.

Inicialmente, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Na esteira de entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal, não cabe recurso especial para apreciar questão relacionada ao deferimento de medida liminar ou à antecipação dos efeitos da tutela, a teor do Verbete nº 735, aplicável ao recurso especial por analogia.

De fato, *esta Corte, em sintonia com o disposto na Súmula 735 do STF ("Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar"), entende que, via de regra, não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, pois "é sabido que as medidas liminares de natureza cautelar ou antecipatória são conferidas à base de cognição sumária e de juízo de mera verossimilhança. Por não representarem pronunciamento definitivo, mas provisório, a respeito do direito afirmado na demanda, são medidas, nesse aspecto, sujeitas à modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmadas ou revogadas pela sentença final. Em razão da natureza precária da decisão, em regra, não possuem o condão de ensejar a violação da legislação federal (AgRg no REsp nº 1.159.745/DF, Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 21/5/2010).*

A par disso, ainda que se reconheça, em tese, a possibilidade da penhora incidir sobre os proventos do devedor, o exame concreto da excepcionalidade da medida, com vistas à alteração das conclusões apostas no acórdão recorrido, reclamaria o reexame dos elementos de convicção dos autos, providência vedada em recurso especial,

Superior Tribunal de Justiça

nos termos da Súmula nº 7 do STJ.

Nessas condições, **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Não tendo havido fixação na origem para essa fase processual, inaplicável a majoração dos honorários advocatícios nos termos do art. 85, § 2º c/c § 11, do NCPC.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO
Relator

